



ENTREVISTA DA SEMANA  
Lúdio Cabral - Deputado Estadual  
"A extrema-direita tende a buscar soluções simples e de apelo popular para problemas complexos"  
- Pág. 3

**AÇÕES FRADULENTAS**

# Vigilância sanitária faz vista grossa e levanta suspeita de corrupção em Cuiabá

**Caso expõe fragilidade da fiscalização e ocorre em meio a crescimento bilionário do mercado farmacêutico no Brasil**

Com o aumento da venda irregular de medicamentos de tarja preta, diversas farmácias têm levantado suspeitas de práticas ilícitas. Mesmo diante do risco de multas e fechamento, muitos proprietários parecem não recuar em nome do lucro clandestino. Recentemente, a equipe do Centro Oeste Popular recebeu relatos de consumidores sobre supostas irregularidades em uma farmácia recém-inaugurada em Cuiabá, que, segundo denunciantes, estaria vendendo remédios de tarja vermelha e preta sem a exigência de receita médica, contrariando a legislação sanitária vigente.

Leia mais na página 5



**FUTURO DO PARTIDO**



## Janaina Riva prepara o MDB para retomar a liderança política em Mato Grosso

Deputada estadual falou sobre os desafios da política, a atuação das mulheres na Assembleia Legislativa e a sua estratégia para fortalecer o MDB nas eleições de 2026  
- Pág. 4

**CENÁRIO ABERTO**

**Botelho vê chapa Mendes e Campos como boa opção para Senado, mas mantém espaço para articulações - Pág. 5**

**MANTÉM INFLUÊNCIA**

## "Fora da política", Blairo Maggi se torna guru dos bastidores em Mato Grosso



Ex-governador bilionário de Mato Grosso, Maggi se mantém influente nos bastidores, orientando políticos sobre estratégias eleitorais e campanhas de reeleição  
- Pág. 4

**"40 ANOS DE PRISÃO É POUCO"**

## Primeira-dama de MT cobra mudanças no Código Penal e defende punições mais duras a feminicidas

Em discurso, Virginia Mendes reconhece esforços do governo estadual, mas diz que mudanças profundas no Código Penal são urgentes - Pág. 6





Andrea Maria Zattar  
Advogada trabalhista

“Baby Sinclair, o caçula, tornou-se ícone da série ao repetir bordões e usar a panela para “brincar” de enfrentar o pai. Mas o que parece engraçado revela o absurdo: a criança, ainda pequena, já naturaliza a agressividade como forma de convivência

## Do Riso à Reflexão: Violência Doméstica inserida em Desenho dos Anos 90

### O riso que esconde a dor

Nos anos 90, um desenho de grande audiência trouxe à televisão cenas que marcaram uma geração. Entre elas, o bebê que, para se defender das agressões do pai, empunhava uma frigideira e gritava: “Não é a mamãe!”. À primeira vista, humor inocente; numa análise mais atenta, a dramatização de um problema profundo: a violência que começa no ambiente familiar, base da sociedade. E, quando não começa dentro do lar, a violência é levada para ele — por meio de um aparente inocente desenho, de novelas, filmes ou até das experiências vividas em casas de amigos e familiares.

### O peso do trabalho e o ciclo da violência

Earl, o patriarca, trabalhava longas horas em um emprego desvalorizado. Cansado e frustrado, descontava suas tensões na esposa e nos filhos. Essa dinâmica revela algo comum em muitas casas: quando não há equilíbrio entre vida profissional e pessoal, o lar se transforma em um espaço de agressividade.

Ainda que a pressão e o desgaste no ambiente de trabalho jamais possam servir de justificativa para a violência doméstica, é inegável que eles funcionam como gatilhos que potencializam conflitos dentro do lar.

Embora a violência ocorra em todas as classes sociais, o patriarcado enraizado e a pressão pela imagem da “família perfeita” tornam-na muitas vezes oculta nas famílias de classe média, onde a vítima silencia por medo e vergonha.

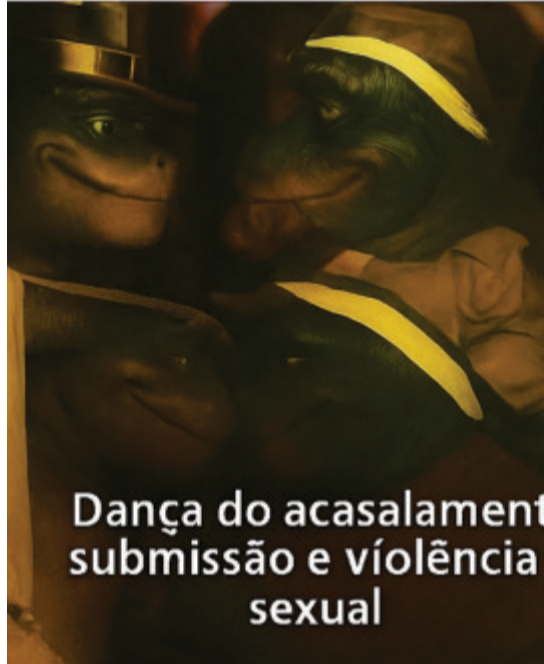
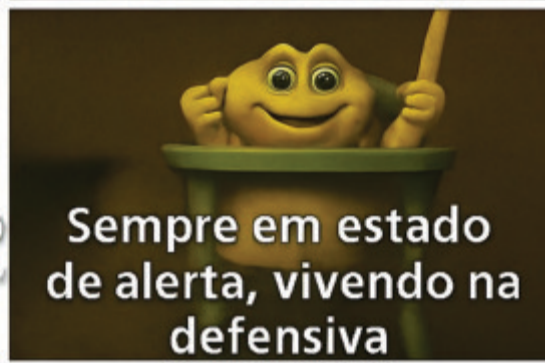
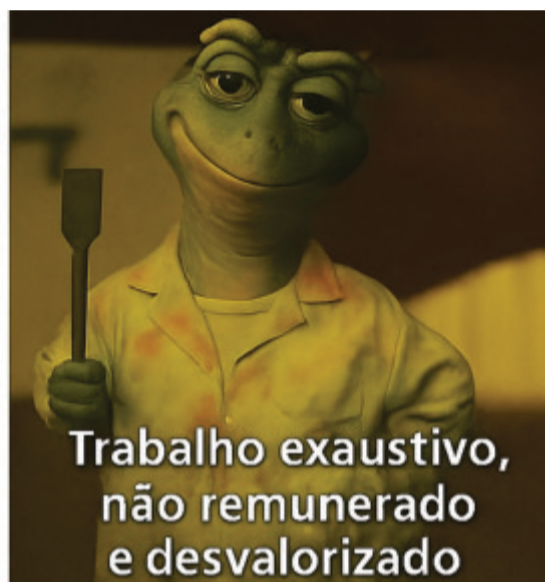
### A invisibilidade feminina

Fran, a esposa, é retratada como a perfeita dona de casa. Sempre dedicada, vive apenas para cuidar do marido e dos filhos. O humor reforça o estereótipo da mulher submissa, mas também escancara como a desigualdade de gênero se repete: a esposa que se anula, suporta e se invisibiliza diante das imposições do patriarcado.

### A dança do acasalamento: violência velada no casamento

Um dos episódios mais controversos é a chamada “dança do acasalamento”, apresentada de forma humorística, mas que, em uma leitura crítica, pode ser interpretada como uma metáfora da violência sexual no casamento. A mulher, muitas vezes, se vê obrigada a se sujeitar às vontades do parceiro para evitar conflitos ou agressões.

Esse recurso narrativo, quando analisado sob a lente do Direito e da sociologia, evidencia como a cultura patriarcal perpetua a ideia de que o corpo da mulher é objeto de satisfação conjugal, reforçando padrões de desigualdade e submissão.



### A criança que aprende a se defender: a frigideira e o grito de resistência

Baby Sinclair, o caçula, tornou-se ícone da série ao repetir bordões e usar a panela para “brincar” de enfrentar o pai. Mas o que parece engraçado revela o absurdo: a criança, ainda pequena, já naturaliza a agressividade como forma de convivência. O humor escancara a violência simbólica e mostra como o ciclo da violência é aprendido desde cedo, perpetuando-se de geração em geração.

A frigideira, usada como “arma” contra as agressões do pai, e o bordão “Não é a mamãe!” reforçam a ironia do desenho: um bebê que, em vez de receber afeto, precisa se defender.

O menor além de se defender ainda repete a frase: “precisa me amar”. Essa sátira nos convida a refletir sobre a banalização da violência dentro do ambiente familiar, que deveria ser o espaço mais seguro.

### Entre humor e denúncia

A série Dinossauros, transmitida nos anos 90 e consumida por crianças, adolescentes e adultos, usava a comédia para revelar verdades incômodas.

O bebê sendo arremessado pelo pai, o uso da frigideira como defesa e a naturalização da agressividade dentro de casa mostram como, por trás da piada, havia uma denúncia velada sobre a violência familiar e um apelo para o Amor (precisa me amar).

### A falsa imagem da família feliz

Apesar das brigas, gritos e agressões, a família era apresentada como unida e divertida. Essa contradição representa a realidade de muitas casas onde, por trás da fachada da “família ideal”, há medo, silêncio e dor. É o retrato da violência invisível, que raramente chega à denúncia, mas marca profundamente as vítimas.

### Reflexão necessária

O desenho, com sua linguagem satírica, nos faz rir, mas também convida a refletir: quantas vezes o humor serviu para esconder dores reais? A violência doméstica não é entretenimento, não é “normal” e não é aceitável. É crime previsto em lei, é violação de direitos humanos e precisa ser combatida em todas as frentes: jurídica, social e educacional. O riso que um dia escondeu a dor agora deve dar lugar à consciência: não podemos tolerar o que destrói dentro do lar o que deveria ser espaço de afeto e proteção.

Andrea Maria Zattar,

Advogada trabalhista, membro da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica – ABMCJ; membro efetivo da Comissão de Direito do Trabalho da OAB/MT e ativista em causas sociais.

## EDITORIAL

# Denunciar é proteger: a importância de combater a violência contra a mulher

A violência contra a mulher é uma chaga social que atravessa gerações, manifestando-se de formas física, psicológica, sexual e até econômica. No Brasil, os números de feminicídio e agressões seguem alarmantes, evidenciando que, apesar das leis e políticas públicas existentes, a cultura de desigualdade e violência de gênero ainda persiste.

Denunciar é o primeiro passo para interromper esse ciclo de violência. Muitas mulheres permanecem em situação de risco por medo, vergonha ou falta de conhecimento sobre os canais de apoio. A Lei Maria da Penha criou mecanismos de proteção, mas eles só funcionam se houver coragem de buscar ajuda. Ao denunciar, a vítima não apenas busca proteção, mas também contribui para que o agressor seja responsabilizado, evitando que novos crimes sejam cometidos.

Além do impacto direto na vida das mulheres, a denúncia fortalece a sociedade como um todo. Ela permite que órgãos públicos, como a polícia, o Ministério

Público e os serviços de assistência social, identifiquem padrões de violência, desenvolvam políticas efetivas e intervenham de forma preventiva. Denunciar é, portanto, um ato de cidadania e solidariedade.

É fundamental que familiares, amigos e vizinhos também atuem como rede de apoio, encorajando as vítimas a buscar ajuda e orientando sobre os canais disponíveis. Plataformas como o Disque 180, delegacias especializadas e centros de referência de atendimento à mulher oferecem orientação, acolhimento e proteção.

Não há justificativa para silenciar frente à violência. Cada denúncia é um passo em direção a uma sociedade mais justa, igualitária e segura. Combater a violência contra a mulher é dever de todos — do poder público, da sociedade e de cada indivíduo. Denunciar não é apenas um ato de coragem, é um compromisso com a vida e com a dignidade de todas as mulheres.

## EXPEDIENTE

**DIRETOR** Maykon Milas  
**DEPTO COMERCIAL** (65) 3052-6030 ou 3052-6031

**FOTOS** Assessoria e divulgação

**EDITOR DE ARTE** Kleber Simioni

**PAUTA** redacaocopopular1@gmail.com  
admcpopular1@gmail.com

copopular.com.br



**CIRCULAÇÃO**  
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487  
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articuladores são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Não representam assim a opinião do Jornal.

## PINGA FOGO



## Com a imagem prejudicada

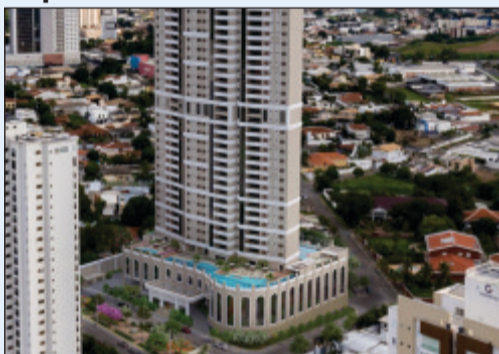
O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado Max Russi (PSB), criticou duramente a deputada Edna Sampaio (PT) por transformar a proposta de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigaria os feminicídios no estado em uma Comissão Temática, após se reunir com o secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Garcia (União). Em entrevista à imprensa, Russi apontou que a estratégia da deputada demonstrou falta de "habilidade e experiência", argumentando que, se fosse autor do requerimento, jamais negociaria com o governo, já que o objetivo de uma CPI é justamente exercer investigação e fiscalização independente. O parlamentar ainda condenou deputados que assinaram o requerimento e depois recuaram sob pressão do Executivo, classificando a atitude como prejudicial à imagem da Casa e ressaltando que qualquer recuo só deveria ocorrer por motivos relevantes. Além disso, Russi destacou que o pedido de Edna possuía falhas técnicas e jurídicas, incluindo questões que invadiam competências da Assembleia e até do governo federal, sendo necessário que a proposta seja corrigida antes de qualquer tramitação. Apesar das críticas, o presidente reforçou seu apoio à instauração de uma CPI de feminicídio, desde que haja assinaturas suficientes e embasamento legal adequado, ressaltando que o enfrentamento da violência contra a mulher em Mato Grosso exige debate ampliado, novas ideias e ações concretas.

## Fora da data



O secretário de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra), Marcelo de Oliveira, foi convocado pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) para prestar esclarecimentos sobre os atrasos e a demolição de trechos da obra do Ônibus de Trânsito Rápido (BRT) em Cuiabá e Várzea Grande. A convocação ocorre após denúncias do deputado Lúdio Cabral, que visitou in loco a região próxima ao Hospital de Câncer e constatou a destruição de trechos da ciclovia de concreto já construídos. Segundo o parlamentar, a obra, que substituiu VLT e deveria ter sido concluída até o final de 2022, ainda apresenta apenas partes da pista de rolamento em Várzea Grande, enquanto outras áreas, como a Avenida do CPA, Prainha, Fernando Corrêa, Getúlio Vargas e Isaac Póvoas, permanecem sem sinais de execução. Lúdio criticou o atraso e cobrou explicações sobre o descumprimento do prazo de 150 dias estabelecido em acordo entre a Sinfra e o consórcio responsável, além da atualização do cronograma, licitações e projetos para os trechos restantes. O parlamentar destacou ainda os impactos aos cidadãos, incluindo transtornos no trânsito, transporte coletivo e riscos à saúde de trabalhadores, especialmente motociclistas. A audiência com o secretário está marcada para o dia 15 de setembro, às 9h, na Sala de Comissões da ALMT.

## Empresa familiar de sucesso



Mato Grosso está entre os estados com maiores construtoras do Brasil, e o destaque vai para a São Benedito, que está há 43 anos no mercado e vem inovando as construções. Em 1982, Samir Maluf fundou o Grupo São Benedito e deixou um grande legado para a sociedade e a herança do espírito empreendedor, para os filhos Marcos Antônio e Marcelo Maluf, o que fez com que a empresa crescesse e se consolidasse. O grupo reúne empreendimentos imobiliários, incorporação e construção civil, lançando novos projetos a cada ano. Samir Maluf nos deixou em 16 de março de 2025, mas deixou um legado de homens que constroem literalmente arranha-céus. Até o Jornal Centro-Oeste Popular sente sua falta, enquanto Marcos e Marcelo seguem à frente do negócio, mantendo viva a tradição da família. O nome do grupo veio da devoção a São Benedito, cultivada pelos avós da família Maluf.

## Estratégias políticas



No mundo da política, Fábio Garcia vem consolidando cada vez mais sua relação com o governo de Mato Grosso, demonstrando total fidelidade ao Mauro Mendes. A boa relação se estende à primeira-dama, Virgínia Mendes, que já reconhece sua competência e carisma. Com novos planos para disputar uma possível vaga na Câmara Federal, Garcia poderá contar com o apoio restrito do governo da máquina pública e de todo o eleitorado ligado a Mauro Mendes, fortalecendo significativamente suas chances na corrida eleitoral.

## Santa Casa

Mesmo sem apresentar proposta no leilão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), o secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo, afirmou que o governo de Mato Grosso não descartou a possibilidade de adquirir o Hospital Santa Casa de Cuiabá. Destacou que, embora o Executivo não tenha encaminhado proposta formal, ainda existem alternativas de negociação em análise, sem detalhar quais seriam. O secretário garantiu que o Estado não pretende fechar o hospital e continuará monitorando o leilão, reforçando que o compromisso é manter o funcionamento da unidade. Paralelamente, o vice-presidente da Assembleia Legislativa, Júlio Campos (União), afirmou que a ausência de compradores na primeira licitação tende a reduzir o preço do imóvel, que possui valor mínimo de R\$ 54,7 milhões, abrindo caminho para uma possível aquisição pelo Estado. Localizado na Praça do Seminário, no bairro Bandeirantes, o hospital possui terreno de cerca de 22 mil metros quadrados e área construída de 20 mil metros quadrados, sendo parcialmente requisitado pelo Estado desde 2019 e atualmente operando como Hospital Estadual Santa Casa, com desocupação prevista para dezembro de 2025. Apesar de a compra ainda gerar indefinição e depender de manifestações do governo federal e municipal, o secretário e parlamentares envolvidos reforçam o compromisso em manter a unidade em funcionamento.

## Lúdio Cabral - Deputado Estadual

# “A extrema-direita tende a buscar soluções simples e de apelo popular para problemas complexos”

Foto: Assessoria



Em entrevista ao Centro Oeste Popular, o deputado estadual Lúdio Cabral falou sobre uma série de questões fundamentais para a segurança e o bem-estar das mulheres em Mato Grosso, incluindo o posicionamento da deputada Edna Sampaio sobre a violência contra a mulher, a possível instalação de uma CPI para investigar feminicídios no estado e a eficácia das medidas de proteção para as vítimas. Lúdio também abordou a política de prevenção, que, para ele, passa pela educação desde a infância, e criticou as dificuldades para avançar com iniciativas legislativas que busquem soluções concretas para o problema da violência. Além disso, o deputado comentou sobre as articulações políticas em torno de uma possível aproximação do ex-governador Pedro Taques com o grupo de oposição ao atual governo.

“ Temos um sistema judiciário complexo, que demanda tempo para analisar cada caso de forma adequada ”

Ana Carolina Guerra | Da Redação

**Centro Oeste Popular – A deputada Edna Sampaio declarou recentemente que não apoia medidas como pena de morte, aumento de penas ou castração química para agressores e estupradores. Como o senhor avalia essa posição, considerando que ela é uma parlamentar reconhecida pela defesa de pautas feministas?**

**Lúdio Cabral** – Quem sou eu para questionar a posição de uma mulher que é estudiosa do tema e tem uma militância histórica em defesa dos direitos das mulheres? A meu ver, a principal medida para enfrentar a violência é a construção de políticas públicas e a transformação do comportamento dos homens, para que aprendam a respeitar as mulheres. É uma questão de prevenção, que começa na infância. A solução não é a pena de morte. O feminicídio é o último degrau de uma escada percorrida todos os dias por homens. Recentemente vimos casos de violência contra a jornalista Angélica, contra uma vereadora e contra a prefeita de Pedra Preta. São episódios que alimentam uma cultura de violência. Por isso, a educação é essencial.

**Centro Oeste Popular – Na Assembleia, ainda não está definido se a CPI será instalada, já que existe a possibilidade de retirada de assinaturas. A própria deputada Edna não demonstrou indignação diante da chance de o caso ser tratado por meio de uma comissão especial em vez de uma CPI. Na sua avaliação, uma comissão especial teria a mesma efetividade? E como o senhor vê a articulação dela junto ao deputado Wilson Santos e ao secretário da Casa Civil, Fábio Garcia?**

**Lúdio Cabral** – Toda iniciativa do parlamento para tratar da violência contra a mulher é positiva. Já tivemos experiências como Câmaras Setoriais e Frentes Parlamentares, e uma comissão especial também tem relevância. Mas a CPI dispõe de instrumentos mais amplos e profundos. Até a semana passada, a deputada Edna contava com as assinaturas necessárias. O que mudou precisa ser refletido. Para mim, a CPI não é uma questão de governo ou oposição, mas uma ferramenta para investigar, identificar problemas e garantir proteção às mulheres, inclusive às que já são vítimas e precisam de medidas protetivas do Estado.

**Centro Oeste Popular – Por que é tão difícil instalar CPIs na Assembleia? Sempre há retirada de assinaturas ou manobras que acabam enfraquecendo o processo. O senhor acredita que isso ocorre por influência do governo e de sua base, preocupados com possíveis desdobramentos?**

**Lúdio Cabral** – Vou procurar entender se houve algum tipo de preocupação política ou eleitoral do governo. Se for isso, é extremamente negativo. A CPI não existe para atacar o governo, mas para aprofundar o debate e buscar soluções concretas para o problema no Estado.

**Centro Oeste Popular – O senhor destacou a educação como caminho para enfrentar a violência contra a mulher, mas esse é um processo de longo prazo. Quais medidas imediatas precisam ser adotadas hoje?**

**Lúdio Cabral** – É fundamental garantir proteção. Quando uma mulher está em situação de risco, todo o aparato de segurança pública precisa agir. No caso de Sinop, em que uma psicóloga foi morta dentro de casa, surge a pergunta: como evitar uma tragédia dessas? Isso só pode ser prevenido com ações anteriores. É preciso analisar o histórico do agressor desde a infância e coibir atos de violência já praticados. O feminicídio é o último degrau dessa escada.

Muito provavelmente, o autor já vinha praticando violências antes.

**Centro Oeste Popular – Os dados apontam reincidência em torno de 70%. Quando um pedófilo, estuproador ou feminicida volta a ganhar liberdade, a insegurança não atinge toda a sociedade?**

**Lúdio Cabral** – Em Sorriso, por exemplo, não se tratava de alguém que havia sido libertado recentemente, mas de um foragido da Justiça. E o próprio sistema de segurança permitiu essa fuga. É um tema complexo e precisa ser discutido com profundidade. Não adianta propor soluções apenas para atender ao clamor popular.

**Centro Oeste Popular – Nos bastidores, comenta-se sobre a possibilidade de o ex-governador Pedro Taques se aproximar do grupo de oposição, embora haja resistência do ministro Carlos Fávaro, já que ele poderia disputar uma vaga ao Senado. Como o senhor avalia essa possibilidade?**

**Lúdio Cabral** – Não tenho convivência direta com Pedro Taques. Pelo que observo de sua trajetória, depois de deixar o governo e viver o cenário político de 2019 a 2022, ele amadureceu para uma posição mais próxima da centro-esquerda e busca se reposicionar. A possibilidade de disputar o Senado é positiva, pois amplia as opções da população em uma eleição com duas vagas. Ouvi que ele estaria tentando voltar ao PSDB para essa disputa. Não sei se há chance de ele se integrar ao nosso campo, ligado à campanha do presidente Lula em 2026. De qualquer forma, considero sua candidatura positiva por ampliar as escolhas da população. Quanto à Federação, formada por PSDB, PSOL e Rede, ainda não está definido quem será o segundo nome ao Senado. Pessoalmente, defendo que seja uma mulher.

Acesse: [www.grupomilas.com.br](http://www.grupomilas.com.br)

## FUTURO DO PARTIDO

# Janaina Riva prepara o MDB para retomar a liderança política em Mato Grosso

**Deputada estadual falou sobre os desafios da política, a atuação das mulheres na Assembleia Legislativa e a sua estratégia para fortalecer o MDV nas eleições de 2026**

Lucas Leite | Da Redação

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso tem sido palco de discussões sobre a atuação das mulheres no cenário político estadual, com destaque para a deputada estadual Janaina Riva (MDB). Em entrevista, Riva compartilhou suas visões sobre o cenário atual das políticas públicas voltadas para as mulheres, a situação da vereadora Maysa Leão, que gerou polêmica recentemente, e seus planos para a revitalização do partido Movimento Democrático de Brasileiro (MDB) no Estado.

Em um tom firme e sincero, Janaina Riva afirmou que o ambiente político, predominantemente masculino, muitas vezes se mostra seletivo em suas indignações, especialmente quando o assunto envolve questões de gênero. "Infelizmente, o ambiente masculino é muito omisso quando se trata de temas que envolvem as mulheres. A grande maioria é omissa", disse a deputada, evidenciando o desafio que as mulheres enfrentam para conquistar mais espaço e atenção nas esferas políticas.

Destacou também que a Assembleia Legislativa, que tem sido palco de poucos avanços no que tange à participação feminina, precisa de mais engajamento e ação. "Aqui na Assembleia, vocês podem contar quantas audiências tivemos, quantos deputados participaram. São pouquíssimos", afirmou, mencionando o no-



Em um tom firme e sincero, Janaina Riva afirmou que o ambiente político, predominantemente masculino, muitas vezes se mostra seletivo em suas indignações

me de alguns deputados que, segundo ela, têm se destacado nesse cenário.

Em relação à polêmica envolvendo a vereadora Maysa Leão, que foi criticada por permitir que uma menor de idade participasse de um evento, Riva fez questão de defender a colega. Para ela, o episódio foi um erro pontual, mas não deve manchar o trabalho de proteção às mulheres que Maysa tem realizado. "Isso foi um momento de falha, mas não podemos crucificar a vereadora. O que ela tem feito de contribuição para a proteção das mulheres é muito maior", afirmou Janaina Riva.

Segundo a deputada, o ato de Maysa foi motivado pela intenção de dar voz a meninas vítimas de violência, um problema que, de acordo com Riva, é alarmante e carece de mais atenção da sociedade. "Até as meninas, crianças, estão sendo

violentadas e agredidas, e todos nós estamos de braços cruzados", completou, ressaltando a gravidade da situação e a falta de ações concretas para proteger as vítimas.

Além de sua atuação na defesa dos direitos das mulheres, Janaina Riva está concentrada em uma missão política importante: fortalecer e revitalizar o MDB (Movimento Democrático de Brasileiro) em Mato Grosso, com vistas às eleições de 2026. Em um momento de reflexão, ela apontou que o partido tem um papel importante no cenário político nacional e local, e que o momento de renovação está em andamento.

"Agora é viajar para todas as regiões do Estado e cuidar das provisórias e municipais. Estamos fazendo uma programação com os deputados e lideranças que têm a intenção de assumir o partido", revelou a deputada. Para Riva, a participação política no MDB precisa ser ampliada, e novas lideranças devem ser integradas ao partido para garantir o crescimento e a relevância da sigla nas próximas eleições.

A deputada também abordou a necessidade de uma renovação estratégica, apontando que, no passado, as provisórias e diretórios do MDB eram montados com base no eleitorado de deputados estaduais e federais. "Agora é

um projeto majoritário. Precisamos ampliar a participação política dos diretórios do MDB e trazer novos nomes", afirmou.

No entanto, Riva ressaltou que o fortalecimento do MDB não será uma tarefa fácil e que o partido ainda está em um processo de maturação. "O MDB pode ser uma realidade, mas essa conversa vai ficar para um segundo momento no ano que vem", declarou. Ela admitiu que a composição e a atuação do partido em Mato Grosso também dependem de um alinhamento nacional com outras siglas e figuras políticas de relevância, como o PL e o próprio MDB.

"Eu quero conversar com o Valdemar, quero dialogar com o Baleia, que é presidente do MDB. Sabemos que a Nacional tem uma grande influência aqui nas nossas composições", destacou, apontando a importância das articulações políticas a nível nacional para que o MDB possa se fortalecer regionalmente.

Janaina ainda observou que a indefinição sobre a candidatura à presidência da República nas próximas eleições cria uma incerteza sobre como o partido poderá se alinhar com outras siglas e definir uma estratégia clara para o futuro. "Agora eu tenho que cuidar da minha casa, e deixar para depois construir mais apoios partidários. Vai depender muito desse alinhamento nacional", concluiu a deputada.

A defesa das mulheres continua sendo um pilar central da atuação política de Janaina Riva. Ela tem sido uma voz ativa na luta por mais igualdade de gênero e representação feminina na política, e não esconde a frustração com a resistência que ainda persiste em muitos setores da Assembleia Legislativa.

"É preciso entender que a luta pela mulher, pela proteção, pela igualdade, precisa ser constante. Não podemos mais tolerar a omissão dos homens em temas tão cruciais", afirmou, lembrando que, no cenário atual, as mulheres ainda enfrentam dificuldades para garantir que suas pautas sejam levadas a sério.

## MANTÉM INFLUÊNCIA

## "Fora da política", Blairo Maggi se torna guru dos bastidores em Mato Grosso

**Ex-governador bilionário de Mato Grosso, Maggi mantém influente nos bastidores, orientando políticos sobre estratégias eleitorais e campanhas de reeleição**

Lucas Leite | Da Redação

Mesmo fora dos cargos eletivos, **Blairo Maggi** continua sendo uma das figuras mais influentes da política de Mato Grosso. Empresário bilionário e ex-governador do Estado, ele se transformou em um verdadeiro "guru" para políticos que buscam orientação sobre como construir estratégias vencedoras e garantir a reeleição.

Maggi iniciou sua trajetória política como deputado federal, sendo eleito em 1986 e mantendo forte presença em Brasília ao longo dos anos. Em 2002, foi eleito governador de Mato Grosso pela primeira vez, cargo que ocupou até 2006, e retornou ao governo em 2011, permanecendo até 2014. Durante seus mandatos, implementou políticas voltadas ao agronegócio, infraestrutura e desenvolvimento econômico, consolidando sua base política e fortalecendo alianças estratégicas no Estado.

Após deixar o governo, Maggi manteve sua relevância no cenário político local e nacional. Seu conhecimento sobre o funcionamento das campanhas eleitorais, o timing político e a construção de alianças estratégicas o transformaram em uma referência para deputados, prefeitos e dirigentes partidários que buscam maximizar suas chances de vitória. "Fora da política, ele se tornou um verdadeiro consultor, alguém que sabe como fazer a política dar certo", afirma um aliado próximo.



Além da experiência política, Maggi é bilionário e mantém investimentos estratégicos em agronegócio, mineração e infraestrutura, o que reforça sua influência. Especialistas apontam que ele e o grupo que comanda têm capacidade de apoiar candidatos com potencial de eleger praticamente qualquer deputado que desejarem, tornando-se peça central em estratégias eleitorais em Mato Grosso.

Mesmo fora do palco eleitoral, Blairo Maggi exerce poder real nos bastidores. Sua atuação discreta, mas decisiva, demonstra que influência política não depende apenas de cargos públicos, mas de experiência, conhecimento e rede de contatos. Para muitos políticos, Maggi é hoje uma bússola indispensável para traçar caminhos de sucesso eleitoral e consolidar lideranças no Estado.

## PROCESSO DE INCERTEZAS

## Cattani afirma que Bolsonaro será condenado e já está 'enjaulado' sem crime comprovado

**Parlamentar critica o julgamento de Bolsonaro, reafirma apoio ao ex-presidente e comenta sobre a possível aliança PL-MDB em Mato Grosso**

Lucas Leite | Da Redação

O deputado estadual de Mato Grosso, **Gilberto Cattani**, comentou sobre o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, a possível aliança entre PL e MDB no estado e sua postura em relação a questões políticas e partidárias. Em entrevista, Cattani teceu duras críticas ao processo enfrentado por Bolsonaro, reafirmou seu total apoio ao ex-presidente e abordou a posição do PL em relação à aliança com o MDB, destacando a flexibilidade interna do partido.

O deputado acredita que o ex-presidente Jair Bolsonaro será condenado no julgamento, mas destacou que se trata de um processo recheado de incertezas e questionamentos. Cattani opinou que, mesmo sem comprovação de crimes concretos, Bolsonaro já está sendo tratado como se fosse culpado.

"Eu creio que sim, ele já está preso. Ele já está enjaulado, sem ter cometido crime nenhum. Pela primeira vez na história do Brasil, teremos um ex-presidente preso sem corrupção, simplesmente por ter falado", afirmou Cattani, ressaltando que o ex-presidente está sendo punido por declarações que considera legítimas no campo da liberdade de expressão.

Cattani também questionou a imparcialidade do julgamento, afirmando que as autoridades envolvidas no processo são as mesmas que, segundo ele, foram prejudicadas pelas falas de Bolsonaro. "Quem está julgando ele são as mesmas vítimas, entre aspas, do processo", afirmou, sugerindo que isso prejudica a imparcialidade do julgamento.



Sobre a candidatura presidencial, Cattani reforçou que Bolsonaro permanece sendo o candidato da direita, sem a definição de um substituto caso o ex-presidente não possa disputar a eleição. "Nosso candidato chama-se Bolsonaro, Jair Messias Bolsonaro. Não temos substituto", disse o deputado, demonstrando a confiança e fidelidade à liderança do ex-presidente no cenário político.

Quando o assunto foi a possível aliança entre PL e MDB em Mato Grosso, Cattani evitou se posicionar oficialmente, destacando que, como deputado estadual, não tem poder para falar pelo partido. Ele afirmou que a decisão sobre essa aliança cabe ao líder do PL em Mato Grosso, e que sua posição é clara: seguir as orientações de Bolsonaro.

"Eu não posso falar pelo partido, sou deputado estadual, não sou nem vogal no partido. Quem decide isso é o líder do partido. Eu pertencço a um grupo, o nome desse grupo é Bolsonaro. O que o Bolsonaro decidir, nós vamos fazer", declarou, enfatizando que a sua posição pessoal é sempre alinhada às decisões do ex-presidente.

## AÇÕES FRADULENTAS

# Vigilância sanitária faz vista grossa e levanta suspeita de corrupção em Cuiabá

## Caso expõe fragilidade da fiscalização e ocorre em meio a crescimento bilionário do mercado farmacêutico no Brasil

Ana Carolina Guerra | Da Redação

Com o aumento da venda irregular de medicamentos de tarja preta, diversas farmácias têm levantado suspeitas de práticas ilícitas. Mesmo diante do risco de multas e fechamento, muitos proprietários parecem não recuar em nome do lucro clandestino. Recentemente, a equipe do Centro Oeste Popular recebeu relatos de consumidores sobre supostas irregularidades em uma farmácia recém-inaugurada em Cuiabá, que, segundo denunciantes, estaria vendendo remédios de tarja vermelha e preta sem a exigência de receita médica, contrariando a legislação sanitária vigente.

As denúncias indicam que clientes teriam adquirido psicotrópicos e antibióticos apenas informando o nome do medicamento, sem apresentar prescrição ou documento de identidade. Caso confirmadas, as práticas podem configurar infrações sanitárias graves e crimes contra a saúde pública, previstos nos artigos 273 e 280 do Código Penal, cujas penas podem chegar a 15 anos de reclusão, além de multas e sanções administrativas.

O proprietário da drogaria negou as acusações e não concedeu entrevista. Novas tentativas de contato não tiveram retorno até o fechamento desta edição.

Especialistas alertam que a automedicação é um problema crônico no Brasil, atingindo cerca de 90% da população. A venda indiscriminada de medicamentos controlados aumenta os riscos de dependência química, reações adversas graves e resistência bacteriana.

Dados da Anvisa mostram crescimento expressivo no consumo de ansiolíticos e antide-

Fotos: Reprodução



As denúncias indicam que clientes teriam adquirido psicotrópicos e antibióticos apenas informando o nome do medicamento, sem apresentar prescrição ou documento de identidade

pressivos entre 2014 e 2021, com mais de 345 milhões de caixas vendidas no país. O clonazepam, genérico do Rivotril, lidera as vendas, com mais de 10 milhões de caixas anuais.

O caso em Cuiabá ocorre em um contexto de forte expansão do mercado farmacêutico nacional. Levantamento da consultoria IQVIA indica que o Brasil é o terceiro maior consumidor de medicamentos por meios digitais, atrás apenas de Estados Unidos e Alemanha. Em 2024, mais de 5,4 mil novas farmácias foram abertas, média de 22 inaugurações por dia. Entre janeiro e ju-

lho, o setor movimentou R\$ 58,3 bilhões, segundo a Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma).

Diante das denúncias, órgãos de controle como a Vigilância Sanitária, o Conselho Regional de Farmácia de Mato Grosso (CRF-MT) e o Ministério Público devem ser acionados para apurar os fatos. As investigações podem incluir fiscalização do estabelecimento, verificação de estoques e análise documental, além da possível participação da Anvisa em caso de infrações à legislação federal.

A venda de medicamentos controlados sem prescrição é proibida por lei. Além do risco jurídico, especialistas alertam que o maior impacto recai sobre a saúde da população, especialmente em contextos de vulnerabilidade social ou emocional. Apesar de denúncias formais, a Vigilância Sanitária ainda não se manifestou, levantando suspeitas sobre possível omissão ou conivência com redes que se beneficiam dessas práticas ilícitas.

Até o fechamento desta edição, a Vigilância Sanitária não havia comentado o caso.

## CENÁRIO ABERTO

## Botelho vê chapa Mendes e Campos como boa opção para Senado, mas mantém espaço para articulações

Deputado reforça regularização fundiária, critica orçamento insuficiente para combate ao feminicídio, rebate críticas do prefeito de Cuiabá e comenta articulações para as eleições de 2026

Lucas Leite | Da Redação

O deputado estadual Eduardo Botelho reafirmou a regularização fundiária como a principal bandeira de seu mandato, com a meta de entregar mais de 50 mil escrituras até o final deste ano em Mato Grosso. O trabalho abrange Cuiabá, Várzea Grande e diversos distritos, com destaque para a Baixada Cuiabana, onde 28 mil escrituras estão sendo elaboradas com apoio do consórcio Intermate. Além disso, 12 mil documentos já estão prontos para entrega em cada uma das duas maiores cidades e outros bairros, como Alvorada, Santa Isabel e Guia, receberão escrituras até dezembro.

Botelho também comentou sobre o enfrentamento ao feminicídio no estado, reconhecendo que o orçamento de R\$ 500 mil destinado à pauta é insuficiente. Ele defende a ampliação de recursos, a criação de políticas públicas estruturadas e a implementação de ações educativas desde a infância, ressaltando a importância de trabalhar diretamente com os homens, principais agressores, para combater a cultura machista.

“A punição é importante, mas a mudança cultural depende da educação. Precisamos começar desde o aprendizado das crianças, nas escolas, com apoio do Ministério Público e do Tribunal de Justiça”, afirmou.

O deputado também rebateu críticas do prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini, sobre a des-



Foto: ALMT

tinuação de emendas parlamentares para obras na capital. Ele destacou que diversas ações de infraestrutura, incluindo asfaltamento de bairros e trechos importantes da cidade, foram articuladas por seu mandato.

Em relação às eleições de 2026, Botelho avaliou como positiva a possível chapa formada pelo governador Mauro Mendes e pelo senador Jaime Campos para disputar o Senado, mas enfatizou que ainda há tempo e espaço para novas articulações dentro do grupo político:

“Não sei se é a melhor opção, mas é uma boa. Ainda vamos discutir, há muitas vagas e espaço para acomodar todos, vice, suplente, governador. Vamos trabalhar e ver como se desenha”, concluiu.

## ALIANÇAS PARTIDÁRIAS

## Ananias Filho minimiza articulação entre PL e MDB, mas não descarta aliança em Mato Grosso

Apesar do interesse do senador Wellington Fagundes em aliança com o MDB, outras lideranças do PL, como Abílio Brunini e José Medeiros, resistem à aproximação; Ananias afirma que ainda não há tratativas formais

Maria Cardoso | Da Redação

O presidente do PL em Mato Grosso, Ananias Filho, comentou nesta semana as especulações sobre uma possível aliança entre o seu partido e o MDB nas eleições do próximo ano. Apesar de negar que haja tratativas em andamento, ele evitou fechar portas para futuras conversas.

“Com todo respeito ao Carlos Bezerra, eu nunca sentei com ele. O presidente do PL em Mato Grosso ainda é o Ananias Martins Filho. Eu não sentei e não há nenhum ponto marcado na minha vida”, declarou o dirigente, ao ser questionado sobre diálogo com o deputado emedebista.

Segundo Ananias, não existe, até o momento, nenhuma negociação formal entre as legendas. Entretanto, ele destacou que não veria objeção a uma eventual aproximação com o MDB, inclusive em torno da deputada estadual Janaína Riva.

“Não vamos abrir discussões com a extrema esquerda, com a esquerda de forma alguma. Isso está vedado. Agora, discutir política com partidos que queiram avançar para o melhoramento do Estado de Mato Grosso, sim”, afirmou, reforçando a disposição de dialogar com siglas de centro.

O presidente ainda admitiu que há outros nomes dentro do PL envolvidos nas articulações, mas preferiu não citar todos. Limitou-se a mencionar o vice-governador de São Paulo, Ricardo Mello, como exemplo de liderança presente nas conversas nacionais.

“Eu só disse que não estou vendo e não vi. Agora, eu, como dirigente partidário, para to-



Foto: Assessoria

mar uma decisão de discutir com os partidos que estão iniciando esse burburinho, vou ouvir os prefeitos, vou ouvir os vereadores, vou ouvir os deputados e o senador Wellington Fagundes”, destacou.

Pré-candidato ao governo de Mato Grosso pelo PL, Wellington Fagundes já sinalizou publicamente interesse em firmar aliança com o MDB. A costura, no entanto, enfrenta resistência interna: o prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini, e o deputado federal José Medeiros manifestaram contrariedade à ideia de dividir parlante com os emedebistas.

A fala de Ananias, portanto, revela cautela estratégica. Ele nega conversas oficiais, mas deixa espaço aberto para composições que possam fortalecer o projeto eleitoral do PL em Mato Grosso, sem, contudo, romper a unidade partidária diante das divergências internas.

"40 ANOS DE PRISÃO É POUCO"

# Primeira-dama de MT cobra mudanças no Código Penal e defende punições mais duras a feminicidas

**Em discurso, Virginia Mendes reconhece esforços do governo estadual, mas diz que mudanças profundas no Código Penal são urgentes**

Lucas Leite | Da Redação

Ao se posicionar sobre o combate à violência contra a mulher, a primeira-dama de Mato Grosso, Virginia Mendes, gerou forte repercussão ao defender penas mais rígidas para feminicidas. Em tom categórico, ela sustentou que apenas medidas extremas, como a prisão perpétua e até mesmo a pena de morte, poderiam frear o avanço da violência e salvar vidas.

"Esse não é um debate de partidos, é um debate de humanidade. É gratificante ver a Assembleia Legislativa de Mato Grosso engajada nesse tema. Há anos cobro a adoção da pena de morte e da prisão perpétua, porque só medidas duras poderão frear essa violência contra a mulher e salvar vidas", afirmou a primeira-dama.

Virginia destacou que, apesar dos investimentos do governo estadual em políticas de proteção às mulheres e segurança pública, os feminicídios continuam acontecendo.

"Apesar de todos os esforços que o governo do Estado está fazendo, em tudo que está ao nosso alcance, ainda vemos homens assassinando mulheres como se quisessem provar que podem tudo. Eles não têm mais medo da Justiça", disse.

A primeira-dama também cobrou o Congresso Nacional e o Governo Federal para que avancem em reformas legislativas. Segundo ela, o Código Penal brasileiro, em vigor há mais de 80 anos, já não corresponde à gravidade dos crimes cometidos.

"Tenho cobrado muito o Governo Federal e o Congresso para que se movimentem e mu-



Virginia destacou que, apesar dos investimentos do governo estadual em políticas de proteção às mulheres e segurança pública, os feminicídios continuam acontecendo

PM, coronel Fernando Tinoco, pelo trabalho incansável que realizam. Mas não adianta prender se a Justiça solta no dia seguinte. Para assassinatos de mulheres, 40 anos de prisão é pouco", concluiu.

A fala da primeira-dama tem repercutido entre parlamentares, lideranças políticas e entidades ligadas aos direitos humanos. De um lado, setores mais conservadores apoiam a adoção de medidas mais duras como resposta imediata à escalada de feminicídios. De outro, juristas e defensores de direitos humanos lembram que tanto a prisão perpétua quanto a pena de morte são vedadas pela Constituição Federal, o que exigiria mudanças profundas no sistema jurídico brasileiro.

O discurso de Virginia Mendes amplia a pressão política sobre o Congresso e reforça um debate que, embora polêmico, tem mobilizado a opinião pública diante da gravidade dos casos de violência contra a mulher em Mato Grosso e em todo o país.

dem o Código Penal. Não é possível que, em pleno século 21, ainda convivamos com leis datadas há mais de 80 anos. É muito importante que os poderes se unam e atualizem o Código Penal. Precisamos desse avanço para contribuir com a segurança pública", frisou.

Em sua fala, Virginia Mendes também fez questão de parabenizar os profissionais da se-

gurança pública pelo trabalho no enfrentamento à violência contra a mulher, mas criticou a atual legislação que, em sua avaliação, acaba enfraquecendo os esforços das polícias.

"Quero parabenizar os policiais, delegados e todos os profissionais da segurança pública, em especial o secretário coronel César Roveri, a delegada-geral Daniela Maidel e o comandante-geral da

CERCA DE R\$ 1,8 MILHÕES

# Vereador cobra que Estado assumo custo do passe livre estudantil em Cuiabá

**Parlamentar afirma que prefeitura tem arcado sozinha com o benefício e pede que Estado compartilhe a responsabilidade financeira**

Ana Carolina Guerra | Da Redação

O vereador Felipe Corrêa (PL) utilizou a tribuna da Câmara Municipal de Cuiabá para cobrar que o Governo do Estado de Mato Grosso assumo os custos do passe livre para os estudantes da rede estadual que utilizam o transporte coletivo na capital. Segundo ele, a Prefeitura tem arcado sozinha com despesas que ultrapassam R\$ 1 milhão apenas neste semestre, beneficiando majoritariamente alunos que não pertencem à rede municipal.

Corrêa detalhou que, apenas nos seis primeiros meses de 2025, a Prefeitura custeou aproximadamente 222 mil passagens para alunos da rede municipal, 700 mil para estudantes da rede privada e 600 mil para acadêmicos da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT).

"Mais da metade das passagens pagas pelo município todos os dias são utilizadas por alunos da rede estadual. É justo que o Estado divida essa responsabilidade com Cuiabá, já que estamos falando de um custo elevado que poderia ser investido em outras áreas prioritárias, como saúde, educação municipal e infraestrutura", argumentou o parlamentar.

Embora tenha elogiado a gestão do governador Mauro Mendes (União) na área da educação, Corrêa reforçou que a Prefeitura não po-



Embora tenha elogiado a gestão do governador Mauro Mendes (União) na área da educação, Corrêa reforçou que a Prefeitura não pode arcar sozinha com despesas que não dizem respeito apenas aos alunos do município

de arcar sozinha com despesas que não dizem respeito apenas aos alunos do município. Para ele, a solução passa por uma cooperação efetiva entre os entes federativos, permitindo um financiamento equilibrado e sustentável do transporte estudantil.

Durante sua fala, o vereador também destacou os investimentos realizados pela administração municipal em diversas áreas e reafirmou seu apoio à gestão do prefeito de Cuiabá,

Abilio Brunini (PL). Entre os exemplos citados, Corrêa mencionou a recente revogação da taxa de lixo, considerada por ele uma medida que proporciona alívio financeiro à população e demonstra a atenção da gestão municipal às demandas da sociedade.

"São ações que refletem compromisso com o cidadão cuiabano e com a responsabilidade fiscal. Mas é fundamental que o governo estadual reconheça seu papel e colabore para que

o passe livre estudantil seja custeado de maneira justa e compartilhada, sem sobrecarregar o município", completou Corrêa.

O parlamentar concluiu sua intervenção reforçando a necessidade de diálogo entre Prefeitura e Estado, ressaltando que a educação e o transporte de estudantes devem ser prioridades compartilhadas, garantindo que recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente e responsável.

Acesse:  
[www.copopular.com.br](http://www.copopular.com.br)

Centro-Oeste  
**Popular**  
É notícia, investigação é exclusividade!

APÓS PRESSÃO

# Sem CPI, deputado cobra medidas duras e até pena de morte para agressores de mulheres

**Acordo entre deputados muda rumo do debate; Diego Guimarães defende penas mais severas e critica falta de política pública permanente em Mato Grosso**

■ Maria Cardoso | Da Redação

Informações de bastidores apontam que um acordo político envolvendo a deputada Edna Sampaio, o deputado Wilson Santos e outros parlamentares que resultou na decisão de criar uma Câmara Setorial para debater a violência contra a mulher, em vez de instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). A medida teria como objetivo manter o debate em evidência sem provocar atritos políticos, especialmente diante da atuação da deputada suplente Edna e da possível liderança da deputada Janaina Riva, nome que vinha sendo cogitado como central nos bastidores da CPI.

Segundo interlocutores, o governo estadual não demonstrou interesse na abertura de uma CPI, avaliando que ela poderia servir de palco político para Janaina Riva, cuja atuação tem gerado divergências com o grupo ligado ao Palácio Paiaguás. Apesar disso, a movimentação na Assembleia busca preservar o foco principal: o enfrentamento à violência de gênero em Mato Grosso.

O deputado Diego Guimarães foi questionado sobre possíveis alinhamentos políticos envolvendo o tema e sobre a possibilidade de Janaina assumir protagonismo na pauta. Ele, no entanto, rechaçou qualquer tentativa de partidizar o debate.

“Nesse tema não tem protagonismo ou lado político-eleitoral. Estamos falando de proteção às mulheres, combate à violência, polí-



O deputado Diego Guimarães foi questionado sobre possíveis alinhamentos políticos envolvendo o tema e sobre a possibilidade de Janaina assumir protagonismo na pauta

ticas públicas integradas entre segurança pública, assistência social, rede de proteção e Poder Judiciário”, afirmou.

Diego ressaltou que os índices de feminicídio e de violência contra a mulher no Estado são alarmantes e exigem respostas concretas do poder público. Para ele, a criação

da Câmara Setorial é uma forma de garantir atenção contínua ao tema e propor medidas estruturantes.

“A Assembleia Legislativa tem que estar atenta e acompanhar de perto. Já estamos estudando projetos de lei com especialistas em segurança pública para trazer o que há de ma-

is moderno e efetivo para a proteção das mulheres”, disse o parlamentar.

Apesar de reconhecer avanços pontuais, Diego criticou a ausência de uma política pública séria, permanente e integrada no Estado para o combate à violência contra a mulher. Segundo ele, ainda falta uma estratégia ampla de conscientização, prevenção e punição que envolva diversas esferas de governo.

O deputado também se posicionou sobre a proposta da deputada Edna Sampaio de endurecer as penas para agressores. Ele defendeu medidas mais severas no sistema penal brasileiro.

“Enquanto o Congresso Nacional não se debruçar sobre o nosso Código Penal, o Código de Processo Penal, a questão carcerária do Brasil, e o Judiciário não aplicar penas mais rígidas, seja prisão perpétua, seja pena de morte, que eu sou favorável para alguns crimes, nós vamos continuar vendo isso acontecer, não só em Mato Grosso, mas em todo o Brasil”, declarou.

Na avaliação de Diego, mudanças constitucionais precisam ser discutidas, incluindo a adoção de prisão perpétua, castração química ou até pena de morte para crimes graves. Ele ampliou sua fala também para criminosos ligados a facções, acusando-os de aterrorizar famílias e de cometer crimes contra crianças. O parlamentar ainda criticou setores da polícia civil e militar, afirmando que muitas vezes “não solucionam casos” e atuam apenas de forma reativa.

“Porque o cidadão, o bandido, o criminoso, o assassino, o violador das mulheres, não tem medo. Ele sabe que vai preso, fica quatro, cinco anos e volta para as ruas”, reforçou.

Para Diego, é urgente estabelecer penas mais severas e um sistema carcerário eficaz, que realmente faça os criminosos cumprirem suas penas de forma rígida. Ele finalizou afirmando que pessoas que cometem esse tipo de crime “não merecem estar no meio da sociedade.”

## CHÁCARA À VENDA 15KM DE CUIABÁ

LINDA PROPRIEDADE COM 3 QUARTOS (2 SUÍTES), PISCINA, CHURRASQUEIRA, FOGÃO A LENHA, GALINHEIRO, CHIQUEIRO E TOTALMENTE CERCADA.



TEM INTERESSE?

R\$ 800 MIL – ACEITA PROPOSTA

FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641

## APARTAMENTO À VENDA

MOBILIADO, 2 QUARTOS, PRÓXIMO AO CPA E A APENAS 300M DO SHOPPING PANTANAL. ÓTIMA LOCALIZAÇÃO E ACABAMENTO DE PRIMEIRA!



TEM INTERESSE?

FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641

## CENÁRIO MUNICIPAL

# Presidente da Câmara afirma desconhecer Comissão Processante contra Abílio e defende proteção a menores em audiências

**Após o vídeo realizado por Maysa Leão, criticando a falta de cuidados nos bairros, a parlamentar comenta que não irá levar a diante e garante que a praça recebe os devidos cuidados**

Ana Carolina Guerra | Da Redação

A presidente da Câmara Municipal de Guaiabá, Paula Calil (PL), movimentou o Legislativo nas últimas semanas, envolvendo tanto a realização de uma audiência pública polêmica quanto o pedido de instauração de uma Comissão Processante contra o prefeito Abílio Brunini (PL).

A audiência pública realizada na Casa de Leis gerou controvérsia ao expor uma jovem de 16 anos, vítima de abuso sexual na infância cometido pelo próprio genitor. Paula Calil explicou que não compareceu ao evento devido a um compromisso acadêmico, mas, ao tomar conhecimento da situação, determinou a suspensão da transmissão no YouTube e a retirada de imagens que pudessem identificar a menor. Diante da situação e da falta de fiscalização, a presidente destacou a necessidade de estabelecer novas regras para condução de audiências públicas, incluindo a exigência de documentação prévia para evitar a participação de menores em situações vulneráveis.



Paula esclareceu que não teve acesso ao conteúdo do pedido e que soube da iniciativa apenas por meio da imprensa

Enquanto isso, o ex-vereador Robinson Cireia (PT) e o suplente Léo Rondon (PT) protocolaram na Câmara um requerimento de Comissão Processante contra o prefeito Abílio Brunini. O documento acusa o gestor de violar o Estatuto da Criança e do Adolescente ao expor menores durante um evento na Escola Estadual Alice Fontes, no qual gravou vídeo questionando estudantes e debochando de respostas consideradas incorretas. Cireia afirmou que, em vez de criticar os alunos, o prefeito deveria se preocupar com a qualidade do ensino.

Paula esclareceu que não teve acesso ao conteúdo do pedido e que soube da iniciativa apenas por meio da imprensa, ressaltando que o requerimento ainda não teria chegado oficialmente à Mesa Diretora.

Paralelamente, a presidente respondeu a um episódio nas redes sociais envolvendo a vereadora Maysa Leão, que havia republicado um vídeo com críticas à Praça do Tio Faissal, no bairro Shangri-lá. Paula destacou que a praça leva o nome de seu pai, de 82 anos, e é mantida com dedicação por sua mãe, de 78. Apesar do tom de desabafo, a parlamentar afirmou

que não pretende transformar a situação em conflito pessoal.

Além disso, a presidente da Câmara afirmou que o governo do Estado deve iniciar em breve o micro-recapamento em cerca de 13 bairros, entre eles Shangri-lá, Califórnia e Boa Esperança, regiões que há anos não recebem esse tipo de manutenção.

“Nosso papel é fiscalizar, legislar e também buscar recursos. Esse trabalho conjunto é fundamental para que possamos entregar políticas públicas efetivas para a cidade”, concluiu Paula Calil.

## “NÃO BASTA POLÍCIA”

# Deputada evita instalação da CPI do Femicídio e propõe comissão especial

**Em meio à debandada de assinaturas, parlamentar petista defende que violência contra mulheres deve ser enfrentada por políticas públicas estruturais e critica propostas de pena de morte e prisão perpétua**

Ana Carolina Guerra | Da Redação

A deputada estadual Edna Sampaio (PT) gerou polêmica ao decidir não avançar com a instalação da CPI do Femicídio, mesmo diante do aumento dos assassinatos de mulheres em Mato Grosso. A decisão ocorreu sem justificativas detalhadas e em meio à possibilidade de retirada de assinaturas de apoio à proposta.

Em discurso, Edna afirmou que, caso as assinaturas fossem retiradas, ficaria “muito triste”, mas reiterou que a CPI seria “a ferramenta mais potente para investigar o feminicídio no Estado”. Apesar do impasse, disse considerar positivo ter colocado o tema no centro do debate legislativo, ainda que esteja no mandato como suplente por apenas dois meses.

A CPI teria como foco investigar a responsabilidade do poder público diante da alta taxa de feminicídios, avaliar o planejamento governamental e as políticas para mulheres, analisar a execução orçamentária, verificar a efetividade de programas de proteção e checar a cooperação entre União, Estado e municípios, como prevê a Lei Maria da Penha. Caso não prospere, Edna sinalizou abertura para discutir uma comissão especial, afirmando que o essencial é não deixar a pauta morrer.

A deputada defendeu que diferenças ideológicas não devem impedir a união feminina contra a violência. Para ela, a questão vai além da segurança pública:

“Não se trata de caso de polícia, mas de políticas públicas. A omissão está na ausência de ações que garantam desenvolvimento e cidadania da mulher. Se olharmos a LDO de Mato Grosso, veremos que não há políticas consistentes. São apenas duas ações pontuais, que nem chegam a constituir um programa. Não podemos achar que a solução é simplesmente colocar a polícia dentro da casa da mulher. Precisamos agir antes, para que a violência não aconteça. É uma mudança cultural, que de-



pende de cada um de nós. Não é apenas responsabilidade do poder público, mas também da sociedade”, afirmou.

Edna também rebateu declarações do governador, que afirmou ser impossível colocar um policial em cada residência, e defendeu que o Estado assumira responsabilidades estruturais, não apenas emergenciais.

A parlamentar ainda se posicionou contra propostas de endurecimento penal, como prisão perpétua e pena de morte para agressores e estupradores. Argumentou que o sistema já prevê penas de até 40 anos e que o aumento punitivo não reduz a violência.

“Quem são as pessoas que estão presas no Brasil? Em sua maioria, pretas e pobres, mais de 70% da população carcerária. Então, vamos matar os mesmos que já encarceramos? A pena de morte, além de exigir mudança constitucional, não resolve o problema. O que reduz a violência é a certeza da responsabilização, e não a severidade da pena”, destacou.

Por fim, a deputada apontou omissão estrutural do Estado, citando a ausência de políticas públicas e redes de apoio, como programas de geração de emprego e renda, atendimento psicológico e iniciativas estruturadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de Mato Grosso.

# 1 MILHÃO de leitores por mês

GRUPO

## milas

DE COMUNICAÇÃO

Populart
tangara
AnotíciaMT
RESUMO

GRUPO NA WEB

www.copopular.com.br

www.anoticiamt.com.br

www.tangaraonline.com.br

www.resumoonline.com.br

O maior portal de notícias do médio norte alcançando mais de 400 mil leitores mês.

copopular.com.br

(65) 3052-6030 / 3052-6031